

INVENTÁRIOS *POST MORTEM*: EDITANDO A ESCRITA DA HISTÓRIALucas Gomes Santana\*  
Caroline Santos Silva\*\*

**Resumo:** *O inventário sempre constituiu um dos documentos de maior riqueza para a escrita da História Social. A edição semidiplomática destes documentos fornece à escrita da história importantes informações referentes a temas constantes na historiografia brasileira, como escravidão, independência, estrutura fundiária, Brasil Império e outros, propiciando diversas abordagens a historiadores de gênero, cultura, economia e religião. Os inventários, do Barão de Saubara com testamento em anexo e da Baronesa de Camurugy, integram o corpus da pesquisa “Estudo Histórico-Filológico e Artístico de Documentos Manuscritos Baianos dos Séculos XVIII ao XX”, sob coordenação da Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, e se encontram no Arquivo Municipal da cidade de Santo Amaro-BA.*

**Palavras-chave:** História social; Inventário; Edição semidiplomática.

## INTRODUÇÃO

Com o advento do movimento dos *Annales* e conseqüente revolução na historiografia, diversos tipos de fontes foram incorporados ao acervo de material disponível ao historiador. A partir de então, praticamente todo e qualquer registro da atividade humana passou a ser considerado fonte histórica digna. Não só os produtos de novas tecnologias, como áudio, vídeo, áudio-vídeo e fotografia, mas também manuscritos e impressos, antes pouco considerados, como diários e cartas pessoais. Não obstante, o inventário sempre constituiu um dos documentos de maior riqueza para a escrita da História Social, neles encontram-se preciosas informações sobre: economia, formação familiar, organização fundiária, estrutura jurídica, relações de poder e etc.; para ratificar esta assertiva Mattoso (1976, p.159), pronuncia-se: “os dados que se extraem de um inventário são riquíssimos como fonte de estudo das estruturas sociais do passado”.

O inventário *post mortem* é um instrumento jurídico de descrição, avaliação, partilha e transferência de patrimônio aos herdeiros e sucessores depois da morte do titular (*Idem*); este pode, ou não, vir associado ao testamento. No testamento, o indivíduo descreve os seus últimos anseios, o legado de sua fortuna, com quem repartir e como repartir. O processo de inventário assume algumas formas. De acordo com Neves são as seguintes:

1-Inventário negativo: quando o valor total do espólio não supera o montante das dívidas; 2-Cálculo de inventário: quando apenas se avalia os bens um espólio; 3-Partilha amigável: quando a partilha é resultado do acordo dos herdeiros maiores e registrado em cartório; 4-Arrolamento: quando se faz a descrição de um espólio de pouco valor monetário; 5-Arrecadação: quando não há herdeiros e os bens são recolhidos ao patrimônio público. (2002, p. 96).

---

\* Graduando do curso de Licenciatura em História, 5º semestre, da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Bolsista de Iniciação Científica - PROBIC. Membro do Grupo de Pesquisa “Edição de Textos” (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). E-mail: papirocondriaco@yahoo.com.br - Autor.

\*\* Graduanda do curso de Licenciatura em História, 5º semestre, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Bolsista de Iniciação Científica – FAPESB. Membro do Grupo de Pesquisa “Edição de Textos” (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). E-mail: karol\_exultante@yahoo.com.br – Co-autor. Trabalho realizado sob a orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz, coordenadora do Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”.

Além das petições anexas, geralmente referentes à busca dos herdeiros, o inventário constitui-se de duas partes principais. A primeira é uma avaliação descritiva dos bens do falecido, da qual se podem distinguir dois momentos: das despesas e dívidas do passivo, em que são descritos os gastos com o enterro, inventário e liquidação de dívidas; e dos bens mobiliários e imobiliários: nos quais, além de arrolados as posses, móveis, jóias, roupas, escravos e biblioteca, são orçados todos os bens. A segunda parte constitui-se da partilha, quando acontece a distribuição entre os herdeiros dos bens antes descritos.

Uma das dificuldades à pesquisa histórica é o entendimento e transcrição desses documentos, pois há no Brasil uma escrita de difícil interpretação. Segundo Acioli:

[...] defronta-se o pesquisador com múltiplas dificuldades: forma gráfica diversa da atual; descuidos de redação; falta de clareza na exposição do assunto; abreviaturas; sistemas de numeração, unidades de peso e medida e sistemas monetários pouco conhecidos. A isto devem-se acrescentar os problemas de ordem externa, tais como as manchas, corrosão por traças e pela tinta, ação do calor, água, umidade e manuseio (1994, p. 2).

A edição semidiplomática criteriosa é algo essencial para coibir os vícios de edição e vulgarizar o conteúdo dos manuscritos, já que permite o desdobrar de abreviaturas, o uso de interpolações e de notas explicativas. Na mesma medida em que facilita o acesso às informações, assume-se como baluarte dos documentos, em sua maioria em estado avançado de deterioração, pois a manipulação dos fólhos, fator de corrosão, pode ser evitada a partir da leitura da transcrição.

Na edição semidiplomática, são observados os seguintes critérios. Para a descrição do documento, observa-se:

1. Número de colunas;
2. Número de linhas da mancha escrita;
3. Existência de ornamentos;
4. Maiúsculas mais interessantes;
5. Existência de sinais especiais;
6. Número de abreviaturas;
7. Tipo de escrita;
8. Tipo de papel;
9. Data do manuscrito.

Para a transcrição do manuscrito, deve-se:

1. Respeitar fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fólho, etc.;
2. Indicar o número do fólho, à margem direita, fazendo a chamada com asterisco;
3. Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólho;
4. Separar palavras unidas e unir as separadas;
5. Desdobrar as abreviaturas apresentando-as em itálico;
6. Utilizar colchetes para as interpolações;
7. Utilizar chaves para as letras e palavras expurgadas;
8. Indicar as rasuras ilegíveis com auxílio de colchetes e reticências;
9. Expontuar as letras de leitura duvidosa.

Os inventários, do Barão de Saubara com testamento em anexo e da Baronesa de Camurugy, pertencem ao Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, cidade da região Recôncavo da Bahia.

## INVENTÁRIO DO BARÃO DE SAUBARA

Trata-se de documento manuscrito em papéis avulsos, ou seja, não cosidos, *in folio*, datado de 1867. Apresenta numeração no ângulo superior direito, ao que tudo indica ser original e ter sido feita ao final do processo; apesar de muitas já terem sido destruídas pela corrosão, ainda é permitida a organização de sua seqüência, sendo ao todo 162 fólios (recto e verso). A letra utilizada é a humanística cursiva, comum no período. O papel suporte é al masso pardo e não pautado, com as seguintes dimensões: 217 mm X 329 mm. Foram utilizados papéis provenientes de duas fabricantes distintas, a inglesa Smith e Meynier Fiume e a italiana Enrico Magnani, como atesta as marcas d'água encontradas, sendo uma estrela de seis pontas e os nomes ingleses Smith e Meynier Fiume, e a outra um brasão coroado e o nome Enrico Magnani. A família Magnani da Pescia estaria ligada à produção de papéis desde 1404, permanecendo ainda hoje em atividade. Conquistou o mercado de papéis na América do Sul a partir do século XVIII, disputando-o com as fabricantes inglesas e espanholas. A presença das logomarcas, Smith e Meynier Fiume e Enrico Magnani, é sintomático no mercado papelero consumidor imperial. Segundo Ana Virgínia Pinheiro, as marcas Al masso e Magnani estiveram ligadas aos papéis administrativos portugueses do final do século XVIII e todo o curso do século XIX (PINHEIRO, *on line*, 04/05/2006). Sabendo-se que a primeira fábrica de papel nacional, destinado à escrita, só iria surgir em 1881 na cidade de Petrópolis, e das semelhanças administrativas entre o nascente Império do Brasil e Portugal, nada nos impede de concluir que a origem dos papéis administrativos do Império brasileiro seguiu o modelo português.

O testamento apresenta o homem contrito, pequeno e impotente ante a força intempestiva da natureza. Além de sua identificação, menção à filiação e afirmação do seu credo, o fenômeno da bastardia é presente, sendo este espaço comumente utilizado para que o testador avoque a paternidade. O Barão de Saubara faleceu sem contrair matrimônio, no entanto, teve dois filhos, um com sua escrava, a “creola Basília” e outro com a “cabra Caetana”.

[...] Terceira – Decla-/ro que por minha fragilidade tive / dois filhos, o primeiro de nome Tor/quato José Barretto havido da creo/la Basília, já falecida, que foi mi/nha escrava [...] (fl.7r).

Outros exertos mostram claramente a ideologia religiosa hegemônica na época, sendo o Barão uma figura ligada ao clero da região, inclusive foi provedor da Igreja da Misericórdia de Santo Amaro.

Declaro que sou catholico por mi-/nha eterna convicção, e sempre pro-/fessei a Religião de Jesus Chisto, na / qual espero morrer e salvar a minha / alma, confiando na Misericórdia in-/finita do Supremo Redemptor. [...] (fl.7r).

Saubara, termo de Santo Amaro, foi uma das cidades cenário das lutas pela independência na Bahia. O Engenho de São Gonçalo do Poço, parte da herdade presente no inventário, teria abrigado um fortim para a defesa contra as tropas anti-emancipação, já que o distrito de Saubara era ponto estratégico da região para defesa de cidades como Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Francisco do Conde. Os personagens envolvidos na trama emancipacionista são contemporâneos da escrita do Inventário e um deles o compõe, como demonstra o trecho abaixo, de uma procuração anexa aos autos.

Joaquim Olavo da Silva Rebello, Coronel / Reformado da Guarda Nacional, official da / Imperial Ordem da Rosa, Cavalleiro da de / Christo, e condecorado com a medalha da inde-/pendencia. (fl.19r).

## INVENTÁRIO DA BARONEZA DE CAMURUGY

O documento é datado de 1893 a 1919, apresentando numeração no ângulo superior direito. Constitui-se de 118 fólios (recto e verso), sendo escrito em cursiva humanística. Possui as seguintes dimensões: 220mm X 325mm. Apresenta dois tipos de papel almaço: um é pautado, “Al masso”, de cor parda, e o outro não pautado azul, identificado pela marca d’água do fabricante italiano Enrico Magnani. O manuscrito encontra-se em bom estado, visto que o papel possui poucos furos, apresentando problemas de deterioração apenas nas bordas. A tinta ainda se faz bem visível, além da grafia legível, possibilitando a leitura do documento sem muitas dificuldades.

O Inventário da Baroneza de Camurugy é do tipo *post mortem*, não sendo acompanhado por testamento. Neste documento, podem ser analisadas diversas questões de ordem econômica, social e política como, por exemplo, a constituição e a caracterização das estruturas familiares do período.

Uma das primeiras características visíveis neste tipo de documento relaciona-se à presença de expressões de cunho religioso ao longo do texto, principalmente nos momentos de iniciação dos protocolos jurídicos, como nos casos de abertura de processo e dos termos de juramento.

Anno do / Nascimento de Nosso Senhor / Jesus Christo de Mil oitocentos e noventa e tres, nesta / Le[al] Cidade de Santo Ama-/ro em meo cartorio dos desoi-/to dias do mez de Agosto. (fl.1r)

[...] cargo, ahi presentes os pe-/ritos notificados, Viscon-/de de Oliveira e João de / Deos Castro, a estes defe-/rio o juiz o juramento aos / Santos Evangelhos, sob / cargo do qual lhes encarregou que sem dolo nem / malícia, jurassem em / suas almas bem exercer [...] (fl.19r)

Tais evidências demonstram o quanto a Igreja Católica tinha influência no Brasil, aliando-se às instituições jurídicas e políticas, colaborando para o fortalecimento do poder local representado, na maioria das vezes, pelos proprietários de grandes domínios territoriais.

A família pode ser analisada como uma instituição micro de poder, constituinte de um sistema social mais amplo. Por conseguinte, a figura paterna assume posição central na manutenção da ordem e do bem-estar familiar.

A baronesa residia na região de Bom Jardim, Camurugy (atual Camurugipe), no Engenho Tarefas, possuía sete filhos, cinco homens e duas mulheres, todos maiores. No Inventário, as mulheres não respondem por seus bens no momento da partilha, ficando estes sob responsabilidade dos irmãos ou do marido, usando-se nesses casos a expressão por cabeça de sua mulher, para referir-se às herdeiras.

[...] a finada Baroneza de Camurugy / deixou mais filhos como sejam o Coronel Severiano Lopes de Carva / lho, João Lopes de Carvalho e José Theodoro Sampaio por / cabeça de sua mulher, [...] (fl.4r)

Outro momento do texto registra que os bens não seriam administrados pela herdeira direta, Dona Luiza Maria de Carvalho, e sim por seu esposo José Theodoro Sampaio, que na

condição de genro da Baroneza de Camurugy, solicitou, logo após o seu falecimento, a abertura do processo de inventário. Abaixo seguem trechos da petição.

[...] Diz José Theodoro Sampaio, que tem/do falecido a sua sogra a Baroneza de / Camurugy, ha mejes mais ou menos / sem testamento, e como não se tenha até o / presente procedido ao inventário dos seus [...] (fl.7r)

[...] por isso, o suplicante pede a Vossa Senhoria que / se designe marcar dia e hora para len[...] / logar o respectivo inventario. (fl.7r)

Entre os herdeiros estava Dona Maria Francisca de Carvalho que, não gozando de saúde mental, ficava sob responsabilidade do Tenente João Lopes de Carvalho, que assumia o cargo de curador de sua irmã.

[...] sua alma [bem] exercer o / cargo de curador da men/tecapta sua Irmã Dona Maria Francisca de Car/Carvalho, tendo-a em sua/ guarda, mantendo-a, ves-/tindo-a, defendendo os / seos direitos e tudo mais pra-/ticando em benefício da mes-/ma, sob as penas da lei. (fl.17r e v)

Os trechos marcam a posição feminina dentro daquela sociedade, sendo a mulher considerada como um ser frágil e incapaz, que necessitava da proteção masculina. Sua principal função era dedicar-se às tarefas do lar, servindo bem a seu marido e seus filhos. Através da ótica atual, infere-se que o fato de não dispor livremente dos seus bens, demonstra indicativos de obstáculos à independência feminina e à conseqüente conquista de um espaço no meio social.

## CONCLUSÃO

A edição semidiplomática destes documentos manuscritos trará grandes contribuições à escrita da história no que se refere a importantes informações sobre temas constantes na historiografia brasileira, como escravidão, independência, estrutura fundiária, Brasil Império, condição feminina e outros, propiciando diversas abordagens a historiadores de gênero, cultura, economia e religião, enfim da História Social no seu sentido mais generalizante.

Ao longo da transcrição dos manuscritos, descortinam-se as diversas faces de uma época, quando os personagens dos inventários aqui analisados tiveram, certamente, sua parcela de contribuição nas relações cotidianas. Contemporâneos do Império, o Barão de Saubara e a Baronesa de Camurugy, juntamente com outros proprietários de engenho da época, constituíam um grupo integrante da estrutura social do Império, relevante nas esferas econômica, política e social na região. Por isso, a importância da análise histórica do Inventário se faz, na medida em que se compara o mesmo documento a um quebra-cabeça social, no qual as peças são lentamente resgatadas em meio ao esquecimento dos arquivos empoeirados.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A escrita no Brasil colônia**: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana / UFPE / Editora Universitária, 1994.

CARTIERE Magnani. Calamari, Pescia: Sítio da Cartiere Magnani, 2005. Disponível em: <<http://www.cartieremagnani.it/eng/cartiere.html>>. Acesso em: 7 jul. 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. In: \_\_\_\_\_. **História regional e local**: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Salvador: Arcádia, 2002. p. 95-103.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Para uma história social seriada da Cidade do Salvador, no século XIX: os testamentos e inventários como fontes de estudo da estrutura e de mentalidades. **Anais do APEB**, Salvador, n. 42, p. 147-170, 1976.

PINHEIRO, Ana Virgínia. **Imagens na sombra**: análise das marcas d'água do manuscrito "A Conceição" de Tomás Antônio Gonzaga, existente na Biblioteca Nacional Brasileira. Disponível em: <[http://www.macua.org/coloquio/IMAGENS\\_NA\\_SOMBRA\\_Ana\\_Pinheiro.htm](http://www.macua.org/coloquio/IMAGENS_NA_SOMBRA_Ana_Pinheiro.htm)>. Acesso em: 04 maio 2006.